

Gilmar cita furo da ConJur ao lembrar de grampo contra defesa

Ao proferir nesta terça-feira (9/3) seu [voto](#) a favor da suspeição do ex-juiz Sergio Moro para julgar o ex-presidente Lula, o ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal, citou [reportagem exclusiva de 2016 da ConJur](#), que revelava a existência de ofícios da Vivo Telefônica sobre a interceptação do escritório da defesa do petista.

Felipe Sampaio/STF



Gilmar Mendes lê seu voto nesta terça-feira
Felipe Sampaio/STF

Em fevereiro daquele ano, Moro quebrou o sigilo telefônico de Lula, seus familiares e advogados para monitorar suas estratégias. Com o auxílio do Ministério Público Federal, a interceptação atingiu o ramal central do escritório Teixeira, Martins e Advogados, hoje conhecido como Teixeira Zanin Martins Advogados, localizado em São Paulo. [O grampo durou 23 dias](#) e interceptou 462 ligações, conforme a apuração do então chefe de redação Marcos de Vasconcellos.

Em março do mesmo ano, o ex-juiz afirmou ao STF que [desconhecia](#) o grampo implantado. Mas a **ConJur** mostrou que a operadora de telefonia havia enviado ofícios a Moro, poucos dias após a determinação e a prorrogação das escutas, informando que o número interceptado pertencia ao escritório. Mais tarde, Moro alegou que teria tomado conhecimento dos ofícios somente depois da publicação da reportagem.

Moro e o próprio MPF sustentaram que o órgão teria indicado por engano o telefone do escritório como se fosse uma empresa de palestras e eventos do ex-presidente — apesar de o número constar em resultados de busca do Google e o próprio escritório contar com uma gravação automática que identifica a banca.

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Em 2016, Moro grampeou telefone de escritório da defesa de Lula^{Marcelo Camargo/Agência Brasil}

No último mês, a defesa de Lula enviou ao STF diálogos entre procuradores da "lava jato" nos quais Júlio Noronha [admite saber](#) que o escritório de advocacia estava grampeado.

Outras referências

Em seu voto favorável à suspeição de Moro, o ministro Ricardo Lewandowski também mencionou que o ex-juiz foi informado do grampo pela empresa de telefonia.

No voto de Gilmar, há também menção à [outra reportagem da ConJur](#), de Pedro Canário, então editor em Brasília. Em 2015, esta revista eletrônica informava sobre um ofício da OAB ao Conselho Nacional de Justiça em protesto a escutas implantadas por Moro em um presídio de Catanduvas (PR). Como o ministro ressalta no voto, o pedido sequer foi analisado.

**Clique [aqui](#) para ler o voto do ministro Gilmar
HC 164.493**

Date Created

09/03/2021